

RELATÓRIO

Semana de Regularização Fundiária

SOLO SEGURO



Corregedoria
Nacional de
Justiça



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA



CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

Presidente

Ministro Luís Roberto Barroso

Corregedor Nacional de Justiça

Ministro Luis Felipe Salomão

Conselheiros

Ministro Vieira de Mello Filho

Mauro Martins

Salise Sanchotene

Jane Granzoto

Richard Pae Kim

Marcio Luiz Freitas

Giovanni Olsson

João Paulo Santos Schoucair

Marcos Vinícius Jardim

Marcello Terto e Silva

Luiz Fernando Bandeira de Mello

Secretária-Geral

Adriana Alves dos Santos Cruz

Secretário de Estratégia e Projetos

Frederico Montedonio Rego

Diretor-Geral

Johaness Eck

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Secretário de Comunicação Social

Renan Sousa

Chefe da Seção de Comunicação Institucional

Gabriel Reis

Projeto gráfico

Robson Lenin

CORREGEDORIA NACIONAL DE JUSTIÇA

Assessor-Chefe

José Artur Calixto

COORDENADORIA DE GESTÃO DE PROJETOS DA CORREGEDORIA

Juízes Auxiliares

Otávio Henrique Martins Port

Renata Gil de Alcântara Videira

Roberta Ferme Sivoiella

Coordenadora

Aline Barreto Viana Cardoso

Servidoras

Juliana Ferreira de Freitas

Priscilla Valéria Gianini Santos

COORDENADORIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS NOTARIAIS E DE REGISTRO

Juízas Auxiliares

Daniela Pereira Madeira

Carolina Ranzolin Nerbass

Liz Rezende de Andrade

Coordenador

Luciano Almeida Lima

Servidor

Leonardo Sanches Ferreira

COMISSÃO JULGADORA DO PRÊMIO “SOLO SEGURO”

Mauro Pereira Martins

Daniela Pereira Madeira

Ana Carolina Vieira de Carvalho

Roniclay Alves de Moraes

Ana Cristina Maia

Flávia Scabin

2023

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA

SAF SUL Quadra 2 Lotes 5/6 - CEP: 70070-600

Endereço eletrônico: www.cnj.jus.br

RELATÓRIO

Semana de Regularização Fundiária
SOLO SEGURO



Corregedoria
Nacional de
Justiça



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	7
2	“SOLO SEGURO”: O PROGRAMA PERMANENTE E A SEMANA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA	10
3	ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA SEMANA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA “SOLO SEGURO”	13
4	RESULTADOS DO PROGRAMA “SOLO SEGURO” PELO BRASIL	15
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE	15
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ	17
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS	19
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO	21
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO	24
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ	26
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA	28
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA	30
	• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS	32
5	O PRÊMIO “SOLO SEGURO”	34

1 INTRODUÇÃO

Do dia 28 de agosto ao dia 1º de setembro de 2023, ocorreu a Semana de Regularização Fundiária “Solo Seguro”, coordenada pela Corregedoria Nacional de Justiça, juntamente com as Corregedorias-Gerais dos Tribunais dos estados da Amazônia Legal brasileira. O esforço também contou com o apoio da Associação dos Notários e Registradores (Anoreg), por meio dos cartórios extrajudiciais e registradores daqueles estados, além de ampla participação de agentes dos três poderes e da sociedade civil. Mais de 31 mil títulos registrados foram entregues. Além disso, houve organização de Seminários, Fóruns, Simpósios e *Workshops* em cada estado da Amazônia Legal, para discussão de questões relacionadas à regularização fundiária.^{1 2}

A iniciativa faz parte do Programa Permanente de Regularização Fundiária, lançado em abril pela Corregedoria Nacional de Justiça. O objetivo é estabelecer o diálogo entre a administração pública e a sociedade para o enfrentamento da grilagem de terras e fortalecer a governança fundiária, a promoção da Justiça, o acesso regular à terra, a segurança jurídica e a proteção ambiental.

Segundo estimativas do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), nas terras públicas da Amazônia Legal, existem quase 300 mil ocupações irregulares, áreas com demanda para regularização fundiária. A irregularidade registral traz prejuízos de ordem social, financeira e ambiental, além dos já conhecidos conflitos pela terra.

Observe-se que os conflitos fundiários são conhecidos há longa data. Mesmo assim, a regularização fundiária rural no Brasil ainda enfrenta desafios, como a burocracia, a falta de recursos, os conflitos de interesses e a falta de clareza na legislação. Por essa razão, é fundamental a implementação de uma política de incentivo à regularização fundiária, uma vez que esta desempenha papel crucial no desenvolvimento nacional.

Desse modo, a regularização fundiária não pode ser vista apenas como mero instrumento garantidor de acesso à moradia e à propriedade, mas deve ser encarada de forma mais abrangente, como instrumento de combate à pobreza e propulsor do desenvolvimento econômico e social do país.

1 CNJ. **Amazônia Legal**: corregedor nacional classifica como histórico esforço em prol da regularização fundiária. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/amazonia-legal-corregedor-nacional-classifica-como-historico-esforco-em-prol-da-regularizacao-fundiaria/>. Acesso em: 6 set. 2023.

2 CNJ. **Corregedor nacional destaca importância de regularização fundiária em evento no Pará**. Disponível em: <https://www.cnj.jus.br/corregedor-nacional-destaca-importancia-de-regularizacao-fundiaria-em-evento-no-para/>. Acesso em: 6 set. 2023.

Em relação à regularização fundiária no âmbito urbano, em 2010, no último Censo que aferiu a população por situação de domicílio, o Brasil possuía aproximadamente 85% da população vivendo em áreas urbanas. Em 1960, esse percentual era de apenas 45%. Dessa forma, em pouco mais de 60 anos houve grande êxodo da população rural para a área urbana, sobretudo para os grandes centros, que chegam a abrigar mais de 90% da população na área urbana.³

Esse crescimento, majoritariamente desordenado, ocasionou o surgimento de vários loteamentos irregulares Brasil a fora, que deram origem ao surgimento de núcleos urbanos desprovidos de equipamentos públicos essenciais estabelecidos pela Lei n. 6.766/1979 (Lei de Parcelamento do Solo Urbano).

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstram que, em 2019, mais de 5 milhões de domicílios no Brasil estavam em assentamentos irregulares conhecidos como favelas, invasões, grotas, baixadas, comunidades, loteamentos ilegais, mocambos e palafitas.⁴

Segundo o estudo “Os Impactos da Regularização Fundiária Urbana sobre a Desigualdade de Renda Brasileira”, promovido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), um processo massivo de regularização de imóveis urbanos seria capaz de promover um choque de riqueza equivalente a R\$ 202,13 bilhões na economia brasileira e reduziria em 2,4% o índice de desigualdade de renda no Brasil.⁵

Dessa forma, a regularização dessas áreas se mostra como demanda social premente de atendimento, uma vez que a moradia regular é condição básica para a realização de outros direitos fundamentais, como saúde, lazer e educação.

Nesse contexto, a Corregedoria Nacional de Justiça editou, em abril, o Provimento n. 144, instituindo o Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana de Regularização Fundiária.⁶

3 IBGE, **censos demográficos, séries históricas, 2022**. Disponível em: <https://seriesestatisticas.ibge.gov.br/series.aspx?no=10&op=0&v-codigo=CD91&t=populacao-situacao-domicilio-populacao-presente-residente>. Acesso em: 6 set. 2023.

4 IBGE, **aglomerados subnormais, resultados preliminares, 2019**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html?=&t=saiba-mais-edicao>. Acesso em: 6 set. 2023.

5 IPEA. **Regularização fundiária urbana em massa pode reduzir a desigualdade de renda em 2,4 pontos percentuais**. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/12384-regularizacao-fundiaria-urbana-em-massa-pode-reduzir-a-desigualdade-de-renda-em-2-4-pontos-percentuais?highlight=WyJwb2JyZXphliwicG9icmV6YSkiXQ==#:~:text=4%20pontos%20percentuais-,Regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fundi%C3%A1ria%20urbana%20em%20massa%20pode%20reduzir%20a%20desigualdade,em%202%2C4%20pontos%20percentuais&text=A%20pol%C3%ADtica%20de%20regulariza%C3%A7%C3%A3o%20fundi%C3%A1ria,aumento%20do%20bem%20de%20brasil>. Acesso em: 6 set. 2023.

6 CNJ. Provimento n. 144 de 25/04/2023. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5058>. Acesso em: 6 set. 2023.

O Programa foi criado com a finalidade de definir, coordenar e dar celeridade às medidas relativas à Regularização Fundiária Urbana (REURB) e Rural sobre a área territorial da Amazônia Legal, bem como à identificação de áreas públicas e daquelas destinadas à proteção ambiental, na forma prevista na legislação pertinente.

Prevê, ainda, como diretrizes, a articulação, nos três níveis da federação, com órgãos e entidades encarregados da regularização fundiária, em especial com o Incra e outras entidades congêneres; diálogo permanente com órgãos e/ou entidades, públicos e/ou privados, com a sociedade civil organizada, com movimentos sociais e/ou com outras iniciativas ligadas ao tema, com vistas à formulação de propostas de melhoria da gestão fundiária, à geração de emprego e renda, à integração social e ao respeito ao direito de povos originários sobre terras tradicionalmente por eles ocupadas; estímulo à interconexão e à interoperabilidade entre os sistemas eletrônicos; estímulo e fomento ao georreferenciamento de áreas urbanas e rurais, com a sensibilidade e os meios necessários à harmonização entre a realidade socioeconômica das partes interessadas e os objetivos pretendidos, entre outras.

Em junho, foi editado o Provimento n. 145, instituindo o Prêmio “Solo Seguro”, com o objetivo de premiar iniciativas inovadoras e incentivar o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural.⁷

A ideia foi valorizar e disseminar tanto ações reconhecidamente exitosas praticadas nos estados quanto ações vanguardistas que geraram bons resultados. Assim, abriu-se a possibilidade de manter o que é eficiente, mas, ao mesmo tempo, avançar com medidas transformadoras.

O Prêmio contou com ampla participação: foram recebidos mais de 170 formulários, oriundos de 24 estados, tendo como inscritos Corregedorias Estaduais, Tribunais de Justiça, magistrados, servidores, registradores, entes federativos, institutos de terras, associações e outros.

Importante ressaltar que apesar de o Programa ter como ápice a Semana de Regularização Fundiária em agosto, trata-se de política pública permanente, perene, com visão de longo prazo. Nesse sentido, tanto a Semana quanto o Prêmio ocorrerão anualmente, sendo este ano a primeira edição, já reconhecida como bem-sucedida, com a entrega de mais de 31 mil títulos registrados. Foi o primeiro passo de longa jornada.

LUIS FELIPE SALOMÃO

Corregedor Nacional de Justiça

⁷ CNJ. **Provimento n. 145 de 23/06/2023**. Disponível em: <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/5180>. Acesso em: 6 set. 2023.

2 “SOLO SEGURO”: O PROGRAMA PERMANENTE E A SEMANA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA

O Programa Permanente de Regularização Fundiária na Amazônia Legal e a Semana de Regularização Fundiária foram instituídos pelo Provimento n. 144, de 25/4/2023 e lançados pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), no dia 26/4/2023.



O referido provimento considerou a necessidade de alinhamento das ações institucionais do Poder Judiciário às diretrizes dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, com especial atenção ao ODS 2 (Fome Zero e Agricultura Sustentável), ao ODS 10 (Redução das Desigualdades), ao ODS 15 (Proteção da Vida Terrestre) e ao ODS 16 (Paz, Justiça e Instituições Eficazes), bem como à Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

“O Programa Permanente de Regularização Fundiária, com vigência e eficácia sobre a área territorial da Amazônia Legal”, constituída pelos estados do Pará, Acre, Amazonas, Roraima, Rondônia, Mato Grosso, Amapá, Tocantins e Maranhão, foi criado com a finalidade de definir, coordenar e

dar celeridade às medidas relativas à REURB e Rural, bem como à identificação de áreas públicas e daquelas destinadas à proteção ambiental, na forma prevista na legislação pertinente.

A regularização fundiária traz segurança jurídica, estímulo ao investimento, inclusão social, arrecadação de impostos, ordenamento territorial e preservação ambiental.

O programa traz, como diretrizes, o estímulo à interconexão e à interoperabilidade entre sistemas eletrônicos fiscalizados e/ou controlados pelo Poder Judiciário e outros sistemas necessários e(ou) úteis à regularização fundiária, como o Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural (Sicar), entre outros, bem como o estímulo e o fomento ao georreferenciamento de áreas urbanas e rurais, com a sensibilidade e os meios necessários à harmonização entre a realidade socioeconômica das partes interessadas e os objetivos pretendidos.

Visa, também, ao estabelecimento e à manutenção de diálogo permanente entre a administração pública e a sociedade para o enfrentamento da grilagem de terras, o fortalecimento da governança fundiária, a promoção da Justiça e o acesso regular à terra, à segurança jurídica e à proteção ambiental.

Como parte do programa, está prevista a realização da Semana de Regularização Fundiária anual, sempre na última semana do mês de agosto, denominada “Solo Seguro”. Durante a Semana, coordenada pela Corregedoria Nacional de Justiça, são realizados esforços concentrados de atos de regularização fundiária, cujas ações são desenvolvidas e implementadas no âmbito local pelas Corregedorias. Também são realizados Seminários, Fóruns, Simpósios e *Workshops* em cada estado da Amazônia Legal, voltados para a discussão sobre os desafios da regularização fundiária no país, com troca de experiências e boas práticas nos diferentes estados.

A primeira edição da Semana de Regularização Fundiária ocorreu no período de 28 de agosto a 1º de setembro de 2023 e mais de 31 mil títulos foram entregues. Também ocorreu o anúncio dos vencedores do prêmio denominado “Solo Seguro”, reconhecendo as melhores práticas sobre o assunto.

Referido prêmio foi instituído pelo Provimento n. 145, de 23/6/2023, e visa valorizar e disseminar ações, projetos ou programas inovadores e práticas de sucesso que visem ao aperfeiçoamento da REURB e Rural, bem como à identificação de áreas públicas e de proteção ambiental, à simplificação de procedimentos, à gestão compartilhada de informações e à redução da quantidade de tempo e de recursos necessários à conclusão de processos de regularização fundiária. Além disso, o Prêmio possibilita dar visibilidade e promover a conscientização dos integrantes do Poder Judiciário e da sociedade quanto à necessidade de conhecimento da relevância da governança fundiária responsável.

O Prêmio “Solo Seguro” também ocorre anualmente, e espera-se obter, como resultado, a proliferação e replicação de ações que estimulem a eficiência, a celeridade, a inovação e a criatividade no processo de regularização fundiária urbana, além de promover o avanço no georreferenciamento de áreas urbanas e rurais e a articulação com órgãos e entidades encarregados da regularização fundiária urbana e rural.

Na primeira edição do Prêmio, ocorrida em 2023, foram vencedores os seguintes projetos: Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária, da Corregedoria de Justiça do Tocantins; Programa Imóvel Legal, do município de Itagimirim/BA; Programa Registro para Todos, do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA); Projeto de REURB do Cori, do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais; e o Sistema de Informação Geográfica do Registro de Imóveis (SIG-RI), do Registro de Imóveis do Brasil.

3 ETAPAS DA IMPLEMENTAÇÃO DA SEMANA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA “SOLO SEGURO”



Após a publicação do Provimento CNJ n. 144/23, foram adotadas, em especial, as seguintes providências:

- 1** convocação de órgãos públicos e parceiros privados para elaboração do projeto;
- 2** reuniões virtuais para alinhamento das atribuições de cada um na Semana de Regularização Fundiária – “Solo Seguro”;
- 3** elaboração do material de divulgação em parceria com a Agência de Publicidade Calia;
- 4** replicação no âmbito local interno (estados e municípios) das decisões acerca do projeto;
- 5** divulgação para o público geral do material publicitário produzido;
- 6** lançamento do Semana de Regularização Fundiária – “Solo Seguro”, simultaneamente em todos os nove estados que compõem a Amazônia Legal: Acre, Amapá, Amazonas, Maranhão,

Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima e Tocantins, com a efetiva entrega dos títulos de propriedade devidamente registrados no Registro de Imóveis;

- 7 realização de fóruns simultaneamente em todos os nove estados que compõem a Amazônia Legal, com a participação da academia, para discussão e apresentação de propostas para regularização fundiária no país;
- 8 entrega do Prêmio “Solo Seguro”, instituído pelo Provimento CNJ n. 145/23, para as iniciativas inovadoras que incentivem o aperfeiçoamento de práticas relativas à regularização fundiária urbana e rural; e
- 9 elaboração dos dados e relatório com os resultados alcançados, incluindo a quantidade de títulos registrados entregues e a programação dos fóruns realizados.



Reunião Preparatória com as Corregedorias Locais



Reunião com o Inbra



Reunião com o Ministro das Cidades



Reunião com o Ministério do Meio Ambiente

4 RESULTADOS DO PROGRAMA “SOLO SEGURO” PELO BRASIL

Em decorrência do Programa “Solo Seguro”, foram entregues mais de 31.000 títulos registrados nos nove estados da Amazônia Legal: Acre (3.700), Amapá (138), Amazonas (2.707), Maranhão (4.793), Mato Grosso (8.134), Pará (4.000), Rondônia (1.795), Roraima (2.474), Tocantins (3.523). Os números foram informados pelas Corregedorias-Gerais de Justiça à Corregedoria Nacional, após a conclusão da Semana de Regularização Fundiária, conforme previsão do Provimento n. 144/2023.

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ACRE

Títulos registrados entregues: 3.700



Maria Lisete conta, ainda, que antes morava na zona rural, no Seringal São Domingos. Quando ela e os filhos vieram para a área urbana de Feijó, “só tinha o terreno e construímos uma casinha com muito suor e muita dificuldade, mas construímos”. Muito emocionada, a palavra mais repetida por ela é gratidão. “Pra mim, é gratidão, receber o título hoje, que é tão difícil pra nós que não temos condições. A importância desse título pra mim é poder dizer que o terreno é meu, se eu quiser passar para meus filhos é uma coisa que ninguém pode impedir. Um dia, quando eu falecer, posso deixar para os meus filhos e ninguém pode impedir. Porque sei que aquilo é meu, está no meu nome. Pra mim é só gratidão.”

A ex-doméstica, que está em tratamento de câncer, conta de forma tranquila, mas não menos emocionada sobre o sufoco que passou durante o processo de inscrição e burocracias. “No último dia de inscrição, quando chamaram, eu estava em Rio Branco fazendo tratamento de câncer. Eu vim de Rio Branco ‘correndo’, mas deu tudo certo. Eu batalhei e hoje estou aqui. Uma felicidade tamanha!”, conta rindo e enxugando as lágrimas.

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/2023/08/semana-nacional-de-regularizacao-fundiaria-avanca-com-entrega-de-mil-titulos-em-feijo/>

Programação Acadêmica: **Workshop “A Governança de Terras e os Desafios à Regularização Fundiária no Estado do Acre”**



Proporcionar segurança jurídica, o direito à moradia, ao desenvolvimento socioeconômico sustentável e à cidadania: com essa visão, a Escola do Poder Judiciário do Acre (Esjud) e a Corregedoria-Geral da Justiça (Coger) promoveram o Workshop “A Governança de Terras e os Desafios à Regularização Fundiária no Estado”.

O evento aconteceu nos dias 13 e 14 de julho, em modalidade presencial e também com transmissão on-line, com a participação do Fórum Fundiário Nacional de Corregedores-Gerais da Justiça, do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC) e da Coger Acreana, também realizadores da iniciativa.

Fonte: <https://www.tjac.jus.br/2023/07/esjud-e-coger-promovem-workshop-a-governanca-de-terras-e-os-desafios-a-regularizacao-fundiaria-no-estado-do-acre/>

▪ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAPÁ

Títulos registrados entregues: 138



Exemplos de felicidade e sentimento de justiça feita em sua essência são os dos moradores de Tartarugalzinho, Manoel dos Santos, de 67 anos e Pedro Farias, de 76 anos, ambos idosos, que foram agraciados no evento com a posse de suas terras. Assim como Luzelina Moraes, de 48 anos, cidadã cadeirante e com dificuldade de locomoção, que recebeu seu título em sua residência das mãos dos magistrados do Tribunal de Justiça do Amapá (TJAP).

“Passamos a vida esperando por este momento. Agora podemos dizer que somos donos, de fato, de nossa terra”, frisou Manoel dos Santos.

Fonte: <https://www.tjap.jus.br/portal/noticias/moradia-legal-tjap-e-parceiros-entregam-110-titulos-de-propriedade-de-terra-a-moradores-do-municipio-de-tartarugalzinho-na-semana-de-regularizacao-fundiaria.html?highlight=WyJyZWdtbGFyaXphXHUwMGU3XHUwMGUzbyIsImZ1b-mRpXHUwMGUxcmlhI0=>

Programação Acadêmica: “**I Seminário ‘Solo Seguro’ Desafios da Regularização Fundiária no Estado do Amapá**”



O TJAP, por meio de sua Corregedoria-Geral de Justiça (CGJ), promoveu, no dia 28/08, no Cartório Eleitoral da 10ª Zona, do Tribunal Regional Eleitoral do Amapá (TRE/AP), na Zona Norte de Macapá, o “I Seminário ‘Solo Seguro’ desafios da Regularização Fundiária no Estado do Amapá”. O evento contou com a participação dos desembargadores Gilberto Pinheiro (decano), Carmo Antônio de Souza, Carlos Tork, Jayme Ferreira (corregedor-geral e organizador do encontro) e Mário Mazurek (vice-presidente), além de juízes, representantes dos Poderes Legislativo e Executivo estadual, prefeitos de cidades amapaenses, profissionais da área, representantes de comunidades quilombolas, ribeirinhas, produtores rurais e acadêmicos.

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/justica-do-amapa-promove-debates-para-avanco-da-regularizacao-fundiaria-no-estado/>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO AMAZONAS

Títulos registrados entregues: 2.707



Para a professora aposentada Maribel de Freitas, a conquista do título é ainda mais significativa: ela mora no local há quase 34 anos com o marido e mais três filhos e dois netos. “Hoje é um dia histórico, muito especial e bastante esperado, pois nós começamos ali naquela terra, limpando, pagando taxas e depois a prefeitura disse que nos daria o título e agora, depois de quase 34 anos, estamos conseguindo. É um dia de bênção”, contou a mestre.

Fonte: <https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9307-no-lançamento-da-1-semana-de-regularização-fundiária-no-am-corregedor-nacional-de-justiça-destaca-importância-da-acao-para-a-amazonia>

Programação Acadêmica: **Workshop “Governança Fundiária e Sustentabilidade”**



“O somatório de forças entre todos os atores envolvidos é indispensável para a solução da problemática da regularização fundiária”: é o que comentou o coordenador do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS) da Corregedoria-Geral de Justiça do TJAM (CGJ/AM), desembargador Abraham Peixoto Campos Filho, durante a abertura do Workshop “Governança Fundiária e Sustentabilidade”.

O evento aconteceu nos dias 17 e 18 de agosto, no auditório do Tribunal de Contas do Estado (TCE), em Manaus. Foi promovido pela Corregedoria-Geral de Justiça do Amazonas (CGJ-AM), por meio do Núcleo de Governança Fundiária e Sustentabilidade (NGFS), em parceria com a Esjud do Tribunal de Justiça do Amazonas e a Anoreg do Amazonas com objetivo de capacitar todos os envolvidos em relação à temática, para a efetivação do direito à moradia e à proteção ambiental.

Fonte: <https://www.tjam.jus.br/index.php/cgj-sala-de-imprensa/cgj-noticias/9212-somatorio-de-forcas-entre-atores-envolvidos-e-vital-para-a-regularizacao-fundiaria-destaca-desembargador-na-abertura-do-workshop>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO MARANHÃO

Títulos registrados entregues: 4.793



Para o cacique Karairano Ka'apor, da Aldeia Xiepi, localizada na área do município de Centro Novo do Maranhão, o documento é a confirmação do pertencimento da reserva aos povos que sempre viveram nessa área e serve também como proteção para qualquer ameaça de invasão do homem não indígena. "Nós só temos a agradecer por receber hoje um documento tão significativo para a nossa comunidade, agradeço ao Judiciário, aos cartórios e à Funai por todo esse trabalho", avaliou Karairano.

Fonte: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/511103/semana-solo-seguro-garante-registro-de-terra-a-comunidade-indigena-de-alto-turiacu>



O corregedor-geral da Justiça, desembargador Froz Sobrinho, anunciou a entrega de títulos na Liberdade, bairro tradicional da capital maranhense. “Em São Luís nós vamos fazer uma REURB importante, no bairro da Liberdade, onde se concentra o maior quilombo urbano da América Latina. Esta semana vamos entregar a matrícula de 100 famílias e depois partir para outras comunidades em áreas sensíveis, para que pessoas hipossuficientes possam ser protegidas na relação com o seu bem na área onde habitam”, informou o corregedor.

A juíza auxiliar Ticiany Maciel Palácio informou que o programa estadual “Registro para Todos”, já realizou 19.069 registros de propriedade de imóveis feitos desde maio de 2022, após os processos de regularização fundiária, beneficiando, entre esses, 14.326 indígenas das reservas Arariboia e Alto Turiaçu e 2.892 quilombolas da região de Serrano do Maranhão, além de 750 pessoas capacitadas em cursos práticos de regularização fundiária.

Fonte: <https://www.tjma.jus.br/midia/cgj/noticia/511083/maranhao-chega-a-quase-20-mil-registros-de-regularizacao-fundiaria>

Programação Acadêmica: **Workshop em governança fundiária – Maranhão, “Solo Seguro”**



A Semana “Solo Seguro” foi aberta do dia 28 de agosto, no Fórum de São Luís, com o *workshop* em governança fundiária “Maranhão, ‘Solo Seguro’”, realizado pela CGJ do Maranhão, pelo Incra e pelo Instituto de Colonização e Terras (Iterma), Federação dos Municípios do Maranhão (Famem) e Anoreg do Maranhão e Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) do Maranhão.

O *Workshop* entrou pela tarde, com o painel “Desafios da Regularização Rural no Maranhão”, às 14h, presidido pelo desembargador Vicente Castro, vice-presidente da Comissão de Soluções Fundiárias do TJMA, com a participação do presidente do Iterma, Anderson Ferreira e do registrador Jorge Ronaldo dos Santos (Ofício Único de Tasso Fragoso) e do superintendente do Incra/MA, José Carlos Nunes Junior. Atuaram como mediadores os registradores Thiago Esteves (1º Ofício de Santa Luzia) e Fábio Lemos (1º Ofício de Barra do Corda).

Outro painel, às 16h, sobre “Desafios da Regularização Urbana na Perspectiva dos Municípios”, foi apresentado pela advogada e membro do Núcleo de Regularização Fundiária da Famem, Jéssica Arruda, e presidido pelo desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos.

Fonte: <https://www.tjma.jus.br/midia/portal/noticia/511083/maranhao-abre-semana-do-solo-seguro-com-quase-20-mil-registros-de-regularizacao-fundiaria>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MATO GROSSO

Títulos registrados entregues: 8.134



Edna Lucia Siqueira, de 51 anos de idade, expressou sua gratidão ao receber a escritura de sua propriedade. Ela reside no bairro Jardim Renascer há mais de duas décadas e, ao longo desse tempo, construiu sua casa aos poucos. Com a escritura em mãos, Edna planeja realizar melhorias na residência para proporcionar mais conforto a sua família. “Há um tempo tenho planejado fazer alguns reparos. Com o título em mãos, posso buscar um empréstimo com o banco para reformar minha casa. Vai ajudar muito”.

Fonte: <https://www.tjmt.jus.br/Noticias/76209>

Programação Acadêmica: **Seminário híbrido “Semana de Regularização Fundiária ‘Solo Seguro’”**





Cerca de 500 pessoas entre estudantes, advogados, juízes, servidores, oficiais de registro de imóveis e sociedade civil participaram do seminário híbrido “Solo Seguro” realizado na tarde do dia 28/8/2023 e que marcou a abertura oficial da Semana de Regularização Fundiária em Mato Grosso. O evento realizado pela Corregedoria-Geral de Justiça do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (CGJ-TJMT) atende ao eixo acadêmico proposto pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

Fonte: <https://www.tjmt.jus.br/Noticias/76163>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Títulos registrados entregues: 4.000



A Semana “Solo Seguro” encerrou sua programação com a entrega de 1.262 títulos registrados divididos entre os municípios de Belém, Breu Branco e Canaã dos Carajás, com cerimônias realizadas na sexta-feira, 1º/9, e no sábado, 2/9. O juiz auxiliar da Corregedoria Geral de Justiça, Lúcio Guerreiro, explicou que um dos focos da Semana foi mostrar a importância de registrar os títulos. “Normalmente, fazíamos a entrega dos títulos no passado e esses títulos às vezes ficavam na gaveta do cidadão que não buscava o registro de imóvel e essas pessoas não se tornavam proprietárias daquilo que recebiam. Muitas vezes, esse documento se perdia e eles ficavam na insegurança jurídica”. O magistrado esclareceu ainda que a orientação do CNJ foi para que as Corregedorias de Justiça buscassem parcerias locais para garantir a documentação completa. “Assim a gente pode fazer não apenas a titulação, mas sobretudo, ao final, seja feito registro, pois como todo mundo fala, só é dono quem registra”, declarou.

Fonte: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1627177-semana-nacional-solo-seguro-encerra-com-entrega-de-1200-titulos-registrados.xhtml>



O corregedor nacional de Justiça, ministro Luis Felipe Salomão, participou de solenidade no Tribunal de Justiça do Pará (TJPA) que marcou a entrega de títulos registrados a oito comunidades quilombolas do estado, em benefício a 434 famílias. A programação, no dia 30/8, fez parte da Semana de Regularização Fundiária “Solo Seguro”, coordenada pela Corregedoria Nacional de Justiça, juntamente com as Corregedorias-Gerais dos tribunais dos estados da Amazônia Legal brasileira.

Fonte: <https://www.cnj.jus.br/corregedor-nacional-destaca-importancia-de-regularizacao-fundiaria-em-evento-no-para/>

Programação Acadêmica: **Seminário “Regularização Fundiária Urbana para a Promoção do ‘Solo Seguro’ na Amazônia Legal: Experiências de Cooperação Municípios e Universidade Federal no Pará”**



O Seminário “Regularização Fundiária Urbana para a Promoção do ‘Solo Seguro’ na Amazônia Legal: Experiências de Cooperação Municípios e Universidade Federal no Pará” deu início, no dia 28 de agosto, à programação da Semana de Regularização Fundiária “Solo Seguro”. O objetivo foi disseminar conhecimento e multiplicar boas práticas dos municípios paraenses de Parauapebas, Curionópolis e Marituba, além de discutir regularização em áreas privadas, estaduais e da União.

Fonte: <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/imprensa/noticias/Informes/1619183-seminario-abre-programacao-semana-de-regularizacao-fundiaria-solo-seguro.xhtml>

▪ TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RONDÔNIA

Títulos registrados entregues: 1.795



“Eu não esperava isso, foi uma surpresa para mim. Isso daqui não tinha documento, só contrato de compra e venda. Agora está definido: eu sou o dono”, exclamou Davi Paixão, aposentado. Há 28 anos residindo no imóvel, o casal de idosos se alegrou com a chegada da escritura. “A gente pode dizer que é nosso, pois a gente trabalhou muito para ter isso aqui, graças a Deus. E agora, mais um graças a Deus que estamos conseguindo o título das terras, que é nosso”, afirmou Iraídes Alves Rodrigues, aposentada de 82 anos de idade.

Fonte: <https://shre.ink/nwys>



A Semana de Regularização Fundiária no estado de Rondônia encerrou-se com êxito, marcada pela distribuição de mais de 1.500 títulos de propriedade em diversas cidades. No último dia do evento, Vilhena e Parecis foram palco de importantes cerimônias de entrega de títulos fundiários.

As ações realizadas em Vilhena e Parecis se somaram a outras entregas que ocorreram em todo o estado de Rondônia, incluindo as cidades de Guajará-Mirim, Porto Velho e Machadinho D'Oeste. O esforço conjunto das autoridades e da Corregedoria-Geral de Justiça resultou na distribuição de um total de mais de 1.500 títulos fundiários durante a Semana de Regularização Fundiária.

Fonte: <https://www.tjro.jus.br/corregedoria/index.php/component/k2/769-regularizacao-fundiaria-em-rondonia-titulos-beneficiam-centenas-de-familias-em-vilhena-e-parecis>

Programação Acadêmica: **Encontro da Semana de Regularização Fundiária**



No dia 29 de agosto, foi realizado o evento oficial da Semana de Regularização Fundiária – “Solo Seguro”, no auditório Auditório José Clemenceau Pedrosa Maia, no edifício-sede do Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia e teve como objetivo aprimorar os conhecimentos sobre a Regularização Fundiária Urbana e Rural, a fim de contribuir para a melhoria da aplicação desta política pública no Estado de Rondônia.

Foram realizadas, durante manhã e tarde, três palestras sobre a temática com os temas: “A Importância e os Benefícios da Regularização Fundiária Urbano e Rural: da Concretização do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana ao Resgate da cidadania”; “Regularização Fundiária Urbana e Rural na Prática (Notificação do Incra, Termo de Cooperação); Regularização Fundiária de Imóveis Públicos”, conduzidas pelos ministrantes Hervisom Barbosa Soares, Jean Karlo Woiciechoski Mallmann e Pedro Italo da Costa Bacelar, respectivamente.

Fonte: <https://www.tjro.jus.br/corregedoria/index.php/component/k2/762-semana-nacional-de-regularizacao-fundiaria-e-realizada-pela-corregedoria-geral-da-justica>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE RORAIMA

Títulos registrados entregues: 2.474



José Passos Lima é morador de Rorainópolis e agradeceu a prefeitura do município e o Judiciário pela realização de um sonho. “Estou feliz com o documento da minha residência, que eu não tenho o pensamento de vender, é justamente, eu estou com 71 anos de idade, meu pensamento é deixar pros filhos né, e agora eu estou com a garantia do documento.”

Joana Araujo Santos Silva, também moradora do município de Rorainópolis, comenta que aguardava receber o documento há mais de 15 anos. “Eu quero dizer pro pessoal que nunca desistam dos seus sonhos, sabe. E a gente sonha, sendo um sonho positivo a gente consegue, a gente chega lá. Fico feliz sendo a dona do título da minha casa.”

Fonte: <https://www.tjrr.jus.br/index.php/noticias/17139-solo-seguro-tjrr-entrega-mais-de-mil-titulos-definitivos-para-moradores-do-interior-e-da-capital>

Programação Acadêmica: **1ª Conferência de 2023 de Direito Notarial e Registral**



A ação teve início no dia 17 de agosto, com a realização da 1ª Conferência de 2023 de Direito Notarial e Registral. O evento sediado no auditório do Fórum Advogado Sobral Pinto seguiu também durante a tarde do dia 18 de agosto e reuniu autoridades regionais e nacionais para discutir temas relevantes relacionados ao registro de imóveis, regularização fundiária, atuação dos cartórios de registro de imóveis e legislação de proteção de dados.

Fonte: <https://www.tjrr.jus.br/index.php/noticias/17141-solo-seguro-semana-de-regularizacao-fundiaria-e-encerrada-com-realizacao-de-simposios-e-entrega-de-titulos>

• TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE TOCANTINS

Títulos registrados entregues: 3.523



“Este momento é de satisfação e de sonho realizado, a coisa que eu mais queria era ter o título definitivo da minha casa e finalmente posso chamar ela de minha”: assim como para a aposentada Maria de Jesus Martinha Resende, esta segunda-feira (28/8) foi especial para mais de 300 famílias de Palmas, que receberam o título de regularização fundiária do imóvel onde vivem, no setor Lago Norte.

Fonte: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/com-a-entrega-de-mais-de-300-titulos-judiciario-abre-1-semana-nacional-de-regularizacao-fundiaria-em-palmas?highlight=WyJyZW-d1bGFyaXphXHUwMGU3XHUwMGUzbyIsImZ1bmRpXHUwMGUxcmlhIO=>



No município portuense, entre os moradores beneficiados está o autônomo Valeston Tavares Fontoura, de 64 anos de idade. Morando no setor Nova Capital desde 1989, ele lembra das dificuldades que passou. “Eu fui um dos primeiros moradores. A energia fomos nós que colocamos, compramos uns postes de madeira e colocamos”, conta. Apesar de tanto tempo, somente agora ele conseguiu o documento da casa. “A gente ficava naquela preocupação de alguém registrar por fora e dizer que era dono. Mas, graças a Deus, agora estou muito feliz de estar aqui hoje, é muito boa essa sensação de pegar no documento da minha casa”.

Fonte: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/solo-seguro-com-82-titulos-em-porto-nacional-tocantins-fecha-semana-de-regularizacao-com-mais-de-2-5-mil-documentos-entregues>

Programação Acadêmica: **Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário**



Com mais de mil inscritos, o Seminário sobre Regularização Fundiária e Serviços Extrajudiciais de Registro Imobiliário foi um sucesso. Realizado no dia 24/3/2023, com transmissão ao vivo no auditório do Tribunal de Justiça do Estado do Tocantins (TJTO), pelo Poder Judiciário do Tocantins, por meio da Corregedoria-Geral da Justiça (CGJUS) e Escola Superior da Magistratura Tocantinense (Esmat), o evento abriu espaço para diversas discussões acerca das rotinas que envolvem os conflitos agrários.

Fonte: <https://www.tjto.jus.br/comunicacao/noticias/com-mais-de-mil-inscritos-poder-judiciario-reune-especialistas-em-evento-sobre-regularizacao-fundiaria>

5 O PRÊMIO “SOLO SEGURO”

Como a REURB e rural envolve promoção de medidas por diversos atores sociais em uma complexa rede de atuação, foi considerada a importância de incentivar e disseminar boas práticas realizadas por esses atores.

Assim, a Corregedoria Nacional de Justiça instituiu, por meio do Provimento n. 145/2023, o Prêmio “Solo Seguro”, uma iniciativa para, anualmente, distinguir práticas inovadoras e de sucesso que contribuam para o aprimoramento do combate às ocupações clandestinas e para titulação dos proprietários de áreas urbanas e rurais.

A ideia foi valorizar e disseminar tanto ações reconhecidamente exitosas praticadas nos estados quanto ações vanguardistas que geraram bons resultados. Assim, abriu-se a possibilidade de manter o que é eficiente, mas, ao mesmo tempo, avançar com medidas transformadoras.

Foram recebidas mais de 170 inscrições de 24 estados, com ampla participação, incluindo Corregedorias Estaduais, Tribunais de Justiça, magistrados, servidores, registradores, entes federativos, institutos de terras, associações e outros.

Destacaram-se e foram vencedoras as cinco propostas que apresentaram o maior grau de impacto territorial e social, eficiência e celeridade, inovação e criatividade, avanço no georreferenciamento de áreas urbanas e rurais e articulação com órgãos e entidades.

Os ganhadores foram: Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref), da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins; Programa Imóvel Legal, do município de Itagimirim/BA; Programa Registro para Todos, do TJMA; Projeto de Reurb do CORI-MG, do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais; e Sistema de Informação Geográfica (SIG-RI) do Registro de Imóveis do Brasil.

O Nupref, da Corregedoria-Geral da Justiça do Tocantins, atua como indutor de políticas públicas, por meio de parcerias com os cartórios de registro de imóveis, municípios, Estado, Universidade Federal do Tocantins e Incra. Até o mês de julho de 2023, 110 dos 139 municípios tocantinenses já haviam assinado Termo de Cooperação Técnica com o Judiciário, resultando na entrega de 7.951 títulos definitivos, a maioria sem custos para famílias de baixa renda.

O Programa Imóvel Legal, do município de Itagimirim/BA, resultou na regularização de todos os imóveis da sede e distrito. O programa contou com a ação conjunta entre Prefeitura, Cartório de Registro de Imóveis de Itagimirim e Corregedoria-Geral de Justiça da Bahia, por meio do Núcleo de Regularização Fundiária (Nuref). O município, além de custear a operacionalidade administrativa do Programa, bem como de todo trabalho técnico de engenharia e topografia necessários, não exigiu dos munícipes a quitação tributária de potenciais débitos com a prefeitura para a concessão dos títulos de propriedade.

O “Registro para Todos”, programa do TJMA, articulou e concretizou parceria interinstitucional com 92 municípios visando à execução de projetos de regularização fundiária urbana e rural, especialmente de caráter social, que resultou em mais de 14 mil títulos registrados, desde março de 2022. Tal parceria ocorre por meio de celebração de acordo de cooperação técnica, da qual fazem parte o Tribunal de Justiça, a Corregedoria Geral da Justiça, a Escola da Magistratura, a Federação dos Municípios do Maranhão, o Governo do Estado do Maranhão, a Universidade Estadual do Maranhão, entre outros, sendo realizado o acompanhamento e o monitoramento do cronograma de trabalho por meio de colaboradores do Núcleo de Governança Fundiária da CGJ-MA.

O Projeto de REURB do CORI-MG, do Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais, promoveu diversos treinamentos em regularização fundiária para registros de imóveis e órgãos públicos, por meio de disponibilização de aulas e livro digital gratuitos com modelos de atos do município e atos registrais para padronização do processamento e registro da regularização. O Colégio também mantém estrutura para prover orientação contínua às dúvidas apresentadas pelo oficial do cartório. Diversos registros de imóveis de Minas Gerais também apresentaram projetos descrevendo suas práticas e resultados obtidos em decorrência do treinamento em Reurb realizado pelo CORI-MG.

Por fim, o “Sistema de Informação Geográfica do Registro de Imóveis (SIG-RI)”, do Registro de Imóveis do Brasil, georreferenciou os registros dos Registros de Imóveis de parcela expressiva do território nacional e os sobrepôs em um mapa que contém mais de 70 camadas registrais e cadastrais, disponibilizado gratuita e publicamente. O programa contou com a conjugação de forças entre 21 associações de registradores, Instituto de Terras do Pará, rede MapBiomás, Operador Nacional do Sistema de Registro Eletrônico de Imóveis, Companhia de Habitação do Estado do Rio de Janeiro, Município de Itagimirim/BA e Secretaria de Patrimônio da União.

Além dos cinco projetos vencedores, 11 receberam menção honrosa e dois foram considerados iniciativas importantes. O resultado final consta das tabelas a seguir:

Projetos Vencedores
Núcleo de Prevenção e Regularização Fundiária (Nupref – CGJTO)
Programa Imóvel Legal – Município de Itagimirim
Programa Registro para todos – TJMA
Projeto de Reurb do CORI-MG – Colégio Registral Imobiliário de Minas Gerais
Sistema de Informação Geográfica do Registro de Imóveis (SIG-RI) – Mapa do Registro de Imóveis do Brasil – Registro de Imóveis do Brasil

Menções Honrosas

Convalidar – Anoreg/TO
Morar Legal – Município de Barreiras/BA
Mosaico Registral – Anoreg/TO
Núcleo de Regularização Fundiária (Nuref) da Corregedoria-Geral da Justiça da Bahia (CGJBA)
Programa Ananindeua Legal – PA – Prefeitura Municipal de Ananindeua
Programa Moradia Legal Pernambuco – TJPE
Programa Municipal de Regularização Fundiária Canaã, Meu Lugar – Instituto de Desenvolvimento Urbano de Canaã dos Carajás – IDURB/PA
Programa Terra a limpo (BNDES/FUNDO AMAZÔNIA) – Modernização da Gestão e Fortalecimento da Regularização Fundiária do Estado de MT – Instituto de Terras de Mato Grosso (Intermat)
Projeto Regulariza Belém – Jannice Amóras Monteiro
Regularizar – Projeto Permanente de Regularização Fundiária da Corregedoria Geral do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (CGJPA)
Reurb Vale – Vale do Jequitinhonha – Consórcio Intermunicipal Multifinalitário do Baixo Jequitinhonha CIMBAJE

Iniciativas Importantes

Projeto Especial Registro de Territórios Indígenas e Quilombolas – TJMA
SEPAT sobre Rodas – Secretaria de Patrimônio e Regularização Fundiária – RO

Corregedoria
Nacional de
Justiça



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA